

O MODELO DE ANÁLISE DO PROCESSO TURÍSTICO: UMA APLICAÇÃO AOS DESTINOS TURÍSTICOS DE OURO PRETO E DE SALVADOR – BRASIL

D.F. Alvares e J.M. Lourenço

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a concepção e a aplicabilidade do *Modelo de Análise do Processo Turístico* – MAPT, modelo de base teórico-conceitual com representação gráfica. O referido modelo baseia-se nos estudos de Butler (1980), que desenvolveu a teoria de ciclo de vida da área turística e de Lourenço (2003), que criou um modelo para áreas de expansão urbana. Após a elaboração do modelo, realizou-se a modelação, no período de 1975-2005, nos destinos de Ouro Preto, em Minas Gerais, e Salvador, na Bahia, ambos localizados no Brasil. Em uma análise geral, ao comparar as dinâmicas turísticas de Ouro Preto e Salvador, observa-se que o planejamento turístico em Salvador é mais estruturado; os investimentos públicos em turismo são, proporcionalmente, maiores em Salvador e o crescimento da atividade ocorre em ambos, sendo que nos últimos anos identifica-se uma retração da demanda turística em Salvador.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de apresentar o Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT, modelo de base teórico-conceitual com fundamentação nos modelos de Butler (1980), um dos modelos mais difundidos em análises de ciclos de vida do turismo, e Lourenço (2003), modelo consolidado da área de planejamento urbano.

Um dos principais objetivos da pesquisa que fundamentou este artigo foi o estabelecimento de parâmetros de comparação, a partir da definição de uma situação padronizada, *i.e.*, a elaboração de um modelo idealizado que pudesse ser confrontado à modelação realizada nos destinos turísticos. Na concepção desse modelo levou-se em consideração alguns dos principais componentes que influenciam o ciclo de vida do turismo, a saber, o planejamento turístico, os investimentos públicos em turismo e o crescimento da atividade.

Após a sua elaboração, o MAPT foi aplicado, em nível local, aos destinos de Ouro Preto, em Minas Gerais, e Salvador, na Bahia. A modelação foi realizada com base na análise das políticas públicas, dos planos e dos estudos com foco no turismo, assim como a reflexão sobre a participação pública no processo de planejamento do turismo, acrescido do levantamento dos investimentos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA e da análise da relação entre o número de unidades habitacionais e a taxa de ocupação destas. Apresenta-se, a seguir, os modelos de base, a concepção do MAPT, a modelação nos destinos em análise e, por fim, uma reflexão sobre os resultados obtidos.

2. MODELOS

Na sequência da revolução quantitativa das décadas de 50 e 60 do séc. XX, e do advento da era da informática, dá-se o desenvolvimento de vários modelos de modo a concretizar a cientificidade das pesquisas efetuadas. A construção de modelos baseia-se na teoria da analogia (Chorley e Haggett¹, 1967 *apud* Coles, 2006), *i.e.*, como representações seletivas, que através da eliminação de detalhes acidentais, permitem revelar, de uma forma geral, os aspectos fundamentais e/ou relevantes da realidade. A teoria da analogia vem sendo utilizada, crescentemente.

No domínio de conhecimento do turismo, os modelos começam a ser elaborados na década de 60, no séc. XX, e podem ser classificados em (i) modelos teóricos, (ii) modelos de processos de planeamento/gestão e (iii) modelos de previsão (Getz, 1986). Os modelos em turismo são estabelecidos em uma tentativa de contribuir com o entendimento das mais variadas componentes da atividade turística, além da compreensão do processo de planeamento/gestão do turismo e da realização de previsões de tendências futuras.

2.1 O Modelo de Butler

Nos anos 80, do século XX, Butler adaptou os modelos de ciclo de vida do produto para o turismo e consolidou o Ciclo de Vida da Área Turística, Talc (Butler, 1980) – (figura 1). O modelo de ciclo de vida em um destino turístico pode ser traduzido para Butler por uma curva em “S” que é estabelecida pela relação número de turistas *versus* tempo. Esse modelo é ainda hoje um dos mais citados nas análises do turismo (Hall, 2006) e possui grande mérito por contribuir para análises e monitoramento do desenvolvimento de destinos turísticos.

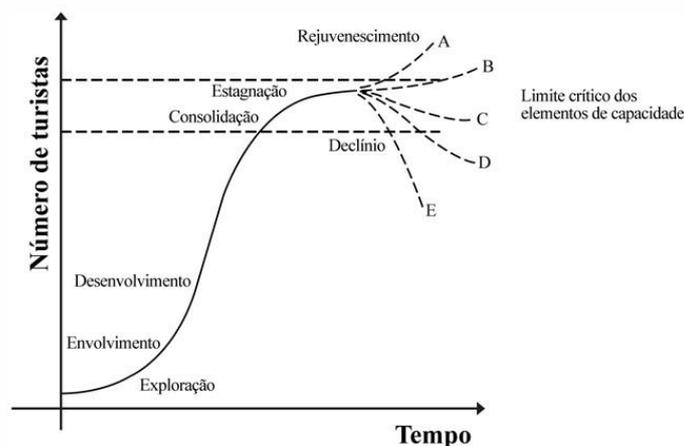


Figura 1: Modelo de Butler (1980) para a evolução hipotética da área turística
Fonte: Adaptado de Butler, 1980

Para Butler, as variáveis consideradas estão relacionadas ao número de turistas em um determinado período de tempo, somatório esse que determina as fases do turismo. As fases estabelecidas são as seguintes: “exploração”, “envolvimento”, “desenvolvimento”, “consolidação” “estagnação” e, posteriormente, “declínio” ou “rejuvenescimento”. A evolução do turismo está relacionada a uma série de fatores entre os quais as mudanças de

¹ Chorley, R. and Haggett, P. (1967) **Models in Geography**. London: Methuen

referências dos visitantes, aos destinos concorrentes, a capacidade de suporte identificáveis por fatores ambientais, físicos e sociais (Butler, 1980).

Nos destinos turísticos, é necessária uma apropriada intervenção para que estes não venham a sentir efeitos do declínio da atividade turística. Há duas possibilidades para um quadro de eventual declínio do turismo: (i) continuar implementando a atividade mantendo o poder de atratividade do destino em relação aos investimentos e aos turistas, e (ii) realizar o rejuvenescimento, através de diversas maneiras, entre estas mudanças de foco e reposicionamento de mercado (Butler, 2006).

2.2 O Modelo de Lourenço

O modelo de Lourenço (2003) – (figura 2) é baseado no “quase modelo” de Holton e tem a seguinte estrutura: no eixo das abcissas a variável tempo, representado por t , onde o período t é igual a dez anos, e no eixo das ordenadas a intensidade do ciclo (IC) do processo de planejamento de áreas de expansão, parametrizadas em três classificações, a saber, mínima (I), média (II) e máxima (III) – (Lourenço, 2003). O principal objetivo desse modelo é a compreensão dos fatores que fundamentam o processo de planejamento e implementação de planos em áreas de expansão urbana. Esse foi testado e validado em sete estudos de caso em Portugal.

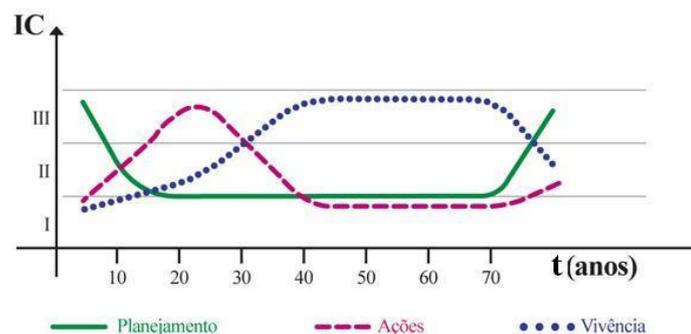


Figura 2: Modelo idealizado de Lourenço (2003) para áreas de expansão urbana
Fonte: Adaptado de Lourenço, 2003

A variável planejamento de Lourenço (2003) é estabelecida pelo número de planos elaborados e pelas verbas gastas em consultoria (recursos humanos/técnicos para elaboração do planejamento). A curva das ações é contabilizada pelos recursos financeiros despendidos para a concretização dos planos estabelecidos. Enquanto a curva da vivência é medida pela evolução da área urbanizável ou crescimento da população da área em estudo.

De acordo com Lourenço, o ciclo de expansão urbana é de aproximadamente 70 anos. Ao fazer um breve resumo deste, tem-se que, após 10 anos da produção do planejamento, a intensidade do planejamento diminui significativamente e chega ao nível mínimo (I); ao fim de 20 anos, o ciclo das ações atinge um máximo (III). Após 40 anos do início da urbanização, observa-se de acordo com o modelo de comportamento ideal que a área atingirá um máximo (III) de vivência, que decrescerá, a partir de 70 anos.

3. MODELO DE ANÁLISE DO PROCESSO TURÍSTICO

O presente modelo, *Modelo de Análise do Processo Turístico* – MAPT, tem a intenção de possibilitar a análise e o monitoramento de processos de desenvolvimento turístico e não

apenas a identificação do ciclo de vida de um produto, designadamente o turístico, como foi efetuado na quase totalidade dos modelos de ciclos de vida. Por processo turístico, entende-se a compreensão e análise dos sistemas que envolvem o desenvolvimento da atividade, com os *inputs* e *outputs* da cadeia produtiva do turismo, onde em uma ponta está a oferta turística estruturada e em outra o consumidor, turista. A partir do conhecimento do processo como um todo, é possível realizar controles eficientes e, conseqüentemente, atingir metas de desenvolvimento sustentável traçadas para um destino turístico.

Para a elaboração do modelo proposto, partiu-se dos modelos de Butler (1980) e de Lourenço (2003), e das análises de ciclo de vida. O MAPT contempla a variável proposta por Butler (1980), crescimento da atividade turística, e as variáveis analisadas por Lourenço, adaptando a um foco de estudo diferente, *i.e.*, de áreas de expansão urbana para áreas em desenvolvimento turístico.

O MAPT – (figura 3) foi elaborado graficamente da seguinte forma: no eixo das ordenadas a variável *intensidade do ciclo* (IC) e no eixo das abscissas a variável *tempo* (*t*), contemplando as seguintes variáveis em análise: o planejamento turístico, os investimentos públicos em turismo e o crescimento do turismo. O planejamento turístico tem como indicadores: número de planos, estudos e políticas elaboradas, assim como a participação pública. Os investimentos públicos são mensurados através do indicador: capital público despedido em infra-estrutura de apoio ao turismo, infra-estrutura de acesso, atrativos e divulgação. O crescimento do turismo tem como indicadores o número de unidades habitacionais *versus* a taxa de ocupação.

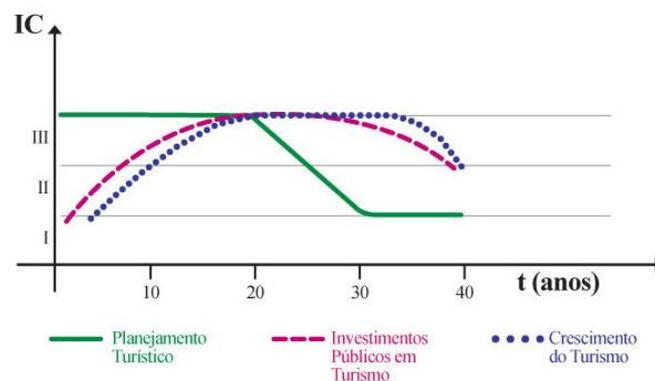


Figura 3: *Modelo de Análise do Processo Turístico - MAPT*

Fonte: Alvares, 2008

A curva do crescimento do turismo estabelecida no MAPT é a mesma de Butler (1980), no entanto, com indicadores diferentes. Essa curva está ainda relacionada à curva da vivência de Lourenço (2003), tendo a mesma função em análises distintas, ou seja, para Lourenço mostra o crescimento da ocupação da área urbanizável e no presente trabalho, representa o crescimento da atividade turística em determinado destino turístico.

Ressalta-se que o MAPT é um instrumento de análise que conjuga a mensuração de ciclos de vida e avaliações de processos de desenvolvimento turístico e pode ser utilizado por (i) gestores públicos em turismo, (ii) futuros empreendedores turísticos, assim como (iii) acadêmicos da área, seja em análises de fundo teórico ou, preferencialmente, em investigações aplicadas a estudos de destinos turísticos.

4. APLICAÇÃO DO MAPT EM OURO PRETO

O município de Ouro Preto é um dos 853 municípios de Minas Gerais, estado que possui uma extensão territorial de cerca de 587 mil km² e uma população aproximada de 19,3 milhões de habitantes (IBGE, 2007). O município de Ouro Preto com extensão territorial de cerca de 1.245 km² e população aproximada de 67.048 (IBGE, 2007), se localiza a 98 km da capital do estado, Belo Horizonte, sendo constituído por doze distritos e pela sede de Ouro Preto, esta com uma área territorial de 27,1 km² (SMPDU, 2008).

Ao analisar a variável planejamento turístico em Ouro Preto, no período 1975-2005, observa-se que até a atualidade, não há um plano de turismo para o município. Na realidade, em nível local, nunca houve um plano municipal de turismo elaborado pelo poder público. Em 1996, foi elaborado o Plano Diretor do Município de Ouro Preto, lei complementar nº 01/96, o qual estabelece diretrizes e instrumentos de desenvolvimento, sendo que considera o turismo como um dos propulsores locais. Entre os anos de 1994 e 1996, foi elaborado o *Plano de Turismo para Ouro Preto* pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae, Instituição mista de abrangência nacional. Ressalta-se que foi realizado um diagnóstico municipal de Ouro Preto (Sebrae, 2005), como parte dos estudos de base para o *Plano de Turismo* do Sebrae. Em 2000, foi lançado o Programa Estrada Real pelo Instituto Estrada Real, IER, aliado a Federação das Indústrias e Empresas de Minas Gerais, Fiemg, o qual almeja estruturar e divulgar a Estrada Real enquanto produto turístico, sendo que Ouro Preto é um dos 177 municípios integrantes deste Programa.

Ressalta-se que não existem registros de estudos encomendados pelo poder público. Na realidade, um dos maiores problemas é a falta de dados estatísticos fundamentados em investigações aprofundadas do turismo na cidade. Na *Secretaria Municipal de Turismo e Cultura* os dados turísticos são incipientes. Os dados primários, como por exemplo, o levantamento da oferta, não abarca toda a oferta apesar de terem sido elaborados dois inventários, um em 1995 e outro em 2004, pelo Centro Universitário Newton Paiva (Ceditur, 2004). No ano de 2003, foi realizado um estudo sobre o *Perfil do Potencial Turístico da Área de Influência da Estrada Real* (IER e Fiemg, 2003). Em 2005, a Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto, Adop, elaborou uma pesquisa de avaliação de resultados relativos aos meios de hospedagem e A&B do município. Uma pesquisa de fluxo e demanda foi realizada pelo Neaspoc, núcleo de investigação subordinado à Universidade Federal de Ouro Preto, Ufop, em 2005/2006. A partir da reflexão sobre o panorama apresentado, é possível realizar uma análise multicritério da variável planejamento turístico em Ouro Preto.

A participação pública no planejamento da atividade turística, estabelecida em uma escala de medida de 0 a 1, pode ser categorizada da seguinte forma: 0 (nível 0 - inexistência de participação pública); 0,25 (nível 1 - baixa participação pública); 0,50 (nível 2 - média participação pública) e 1 (nível 3 - alta participação pública). Em Ouro Preto, pode ser mensurada no nível 2, de 1995 a 2005, período no qual, o planejamento participativo começa a ser estimulado e desenvolvido na localidade.

Os investimentos públicos municipais com incidência direta na atividade turística foram mensurados, a partir da análise da Lei Orçamentária Anual - LOA (Arquivo Público de Ouro Preto, 2006). Esta lei é elaborada no final do ano, com a previsão da destinação do

capital para o ano subsequente. Em Ouro Preto, foi possível avaliar a LOA de 1975 a 2005, com exceção de 1986, 1989 a 1993, e 1995.

Ao analisar o investimento acumulado em Ouro Preto (figura 4), ressalta-se que o investimento foi de R\$ 1,04 milhões, em 1975, e, até 2005, totalizou R\$ 77,49 milhões investidos, o que representa que o investimento registrou um grande crescimento, visto em apenas 30 anos, ter um acumulado que representa 73 vezes mais que o investimento anual de 1975. No período 1997-2005, observa-se que em 1997 o investimento foi de R\$ 2,08 milhões e que de 1997 a 2005, teve um investimento acumulado de R\$ 55,88 milhões, sendo um acumulado, aproximadamente, 25 vezes maior que o investimento anual de 1997, em apenas 8 anos.

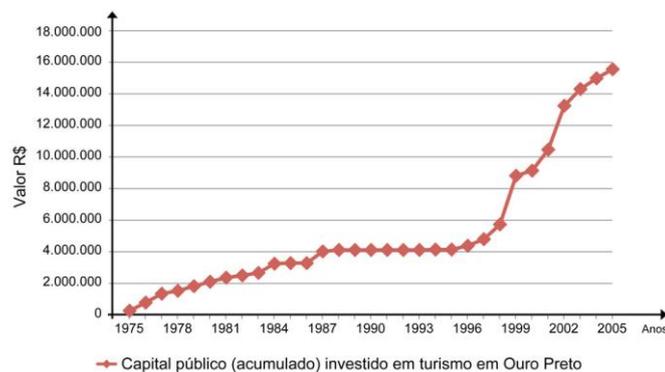


Figura 4 : Investimento público acumulado em turismo – Ouro Preto (1975-2005)
 Fonte: Elaboração própria, 2008, a partir de dados do Arquivo Público de Ouro Preto (2006)

A partir de uma análise geral, atenta-se para o fato de que os investimentos públicos municipais acumulados com incidência direta no setor turístico, em Ouro Preto, tiveram um crescimento considerável, apesar de ser possível notar uma retração significativa nos investimentos anuais desde 2003.

Ao analisar o crescimento do número de unidades habitacionais, UH, nos meios de hospedagens, no decorrer dos anos 1975 a 2005, observamos que houve um investimento considerável em equipamentos de hospedagem no destino de Ouro Preto, sendo que, em 1975, havia, apenas, 8 meios de hospedagem e, em 2005, cerca de 50, o que representa 142 UH, em 1975, e um total de 977 UH no ano de 2005. Em relação ao número de novas UH em Ouro Preto, identificam-se alguns picos de investimento privado na construção de novos hotéis ou ampliação de UH já existentes em 1987, 1992 e 2000.

Ao comparar as três curvas idealizadas no âmbito da elaboração do MAPT com a dinâmica turística em Ouro Preto, tem-se a seguinte representação gráfica – (figura 5). Durante os primeiros quinze anos, o planejamento turístico se manteve no nível de intensidade mínimo (I), quando o modelo idealizado estabelecia que a importância do planejamento turístico, ao início do ciclo, deveria começar com a intensidade máxima (III). Os investimentos públicos em turismo em Ouro Preto só passaram para o nível de intensidade máxima (III) após cerca de 25 anos de início do ciclo em análise, quando o idealizado seria ao redor do 6º ano do início do ciclo. Já o crescimento turístico somente passou para a intensidade máxima (III) alguns anos antes que o investimento, i.e., ao redor do 23º ano de início do ciclo em mensuração, quando o idealizado seria ao redor do 10º ano. Ressalta-se, ainda, que a evolução turística no destino, durante todo o período em análise, não atingiu a maturidade.

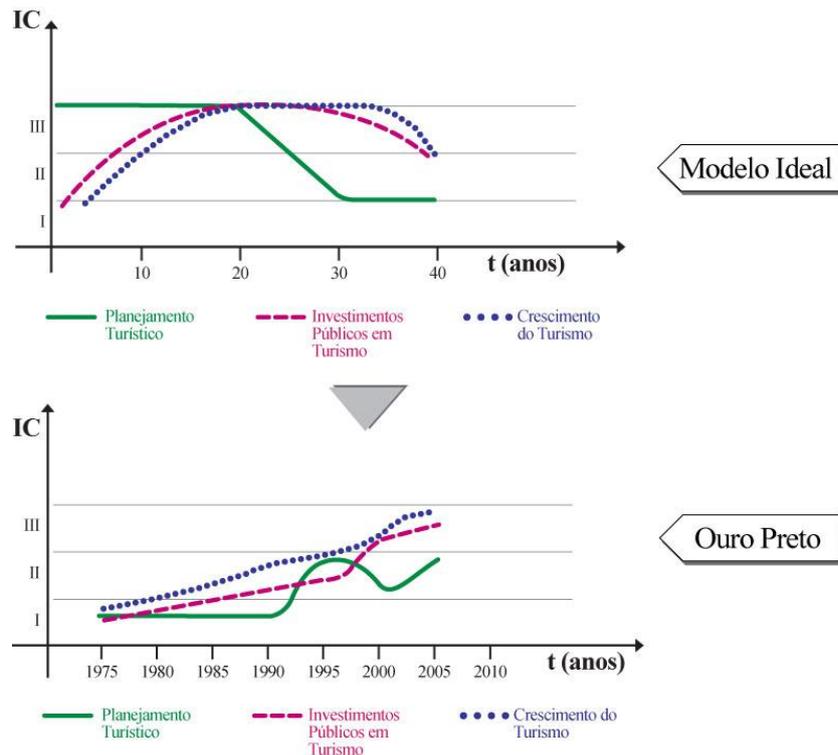


Figura 5: MAPT e modelação do turismo em Ouro Preto (1975-2005)

Fonte: Alvares, 2008

Em síntese, as variáveis em análise em Ouro Preto não seguem o comportamento idealizado pelo modelo, sendo que o elemento que mais se difere é o planejamento turístico. Já os investimentos públicos em turismo e o crescimento da atividade são ascendentes como preconizado pelo modelo só que de forma bem menos acentuada do que o previsto.

5. APLICAÇÃO DO MAPT EM SALVADOR

O município de Salvador é a capital do Estado da Bahia, estado este que tem uma extensão territorial de cerca de 565 mil km² e uma população aproximada de 14,1 milhões (IBGE, 2007). Salvador, com uma extensão territorial de cerca de 707 km², é uma cidade que possui aproximadamente 2,9 milhões de habitantes (IBGE, 2007), sendo um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Ao analisar a variável planejamento turístico em Salvador, de 1975 a 2005, observa-se nesse período não houve um plano municipal de turismo elaborado pelo poder público. Em 1991, foi elaborado o Prodetur-NE, um dos determinantes para a atual fase de desenvolvimento turístico do estado. Ressalta-se que anteriormente a este programa, o Estado da Bahia já possuía estratégias políticas e trabalhava o turismo, a partir da perspectiva das zonas turísticas. Estas zonas turísticas foram, já em meados da década de 90, denominadas *pólos turísticos*, nos quais cada duas zonas configuram um *pólo*. No ano de 2002, iniciou-se a elaboração do *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável* – Pdits: Pólo Salvador e Entorno, que foi consolidado em 2003, sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, FGV. Destaca-se que nesse plano foi estabelecida a base para o Prodetur-NE II. No ano de 2003, foi elaborado o *Plano Século XXI Consolidação do Turismo* com as estratégias turísticas do Estado da Bahia para o período 2005-2020.

Em relação aos estudos encomendados pelo poder público, cita-se as investigações preliminares para a constituição e definição de aplicação de verbas do BID, assim como o inventário turístico de Salvador que foi realizado com a coordenação da Bahiatursa, a qual elaborou um banco de dados que vem sendo, constantemente, alimentado de informações desde 1994.

Ressalta-se que a participação pública no planejamento da atividade turística pode ser mensurada com grau de média participação pública (nível 2), para os anos de 1990 a 2005. Isto se deve ao fato do planejamento participativo ter sido estimulado pelo poder federal, estadual e municipal, neste período. Em nível local, atenta-se que a participação pública se inicia por volta dos anos 90, a partir do Prodetur-BA, o qual se fundamenta em uma política de participação pública com envolvimento da comunidade local.

O investimento público municipal acumulado em turismo (figura 6), no destino de Salvador, foi possível de ser realizado no período 1991 a 2005, sendo que teve um primeiro pico em 1994, seguido de outro em 1998. Em uma análise geral para o período em questão, atenta-se para o fato de que, no ano de 1991, foram investidos R\$ 17,63 milhões e, em apenas 16 anos, foi acumulado um investimento de R\$ 322,42 milhões, o que representa um investimento acumulado aproximadamente 17 vezes maior que o investimento anual do ano de 1991. Durante o período 1997-2005, observa-se que em 1997 o investimento foi de R\$ 12,2 milhões e que de 1997 a 2005, teve um investimento acumulado de R\$ 211,99 milhões, *i.e.*, um acumulado aproximadamente 16 vezes maior que o investimento anual de 1997, em apenas 8 anos.

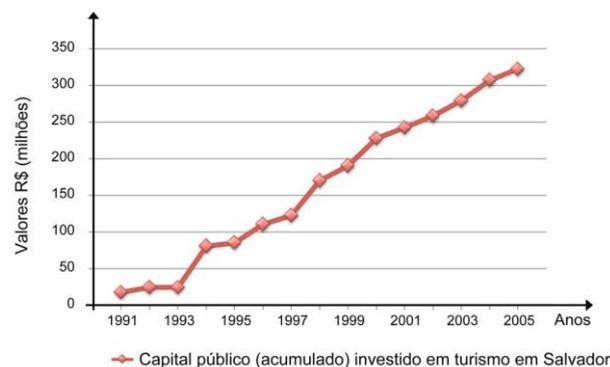


Figura 6: Investimento público acumulado em turismo -Salvador (1991-2005)
 Fonte: Elaboração própria, 2008, a partir de dados da Secretaria das Finanças de Salvador (2006)

Em uma análise geral sobre os investimentos públicos municipais com incidência direta no setor turístico, em Salvador, observa-se que os mesmos representaram um grande montante de capital. Desta forma, atenta-se que o investimento acumulado foi considerável, apesar de uma retração no investimento anual no período 2004-2005.

No que tange os meios de hospedagem em Salvador, no ano de 1980, havia 5.514 UH e em 2005, 12.960 UH. Ao contabilizar o número de novas UH nos meios de hospedagem em Salvador, observa-se um pico em 1985, outro em 1993/1995 e um terceiro pico em 2003/2004. A taxa de ocupação hoteleira em Salvador apresentou, durante os anos em análise, melhor desempenho no ano de 2000 quando atingia valores de 70,6% de ocupação. Em 2004, houve uma diminuição considerável da taxa de ocupação, decrescendo para o patamar de 61,8 %. O número de UH ocupadas em Salvador teve o seu primeiro grande pico em 1995, com um aumento percentual de 54,6%, seguido de um pico, em 2000, este

representando um crescimento de 41,1%. O aumento do número de UH ocupadas, entre 2000 e 2004, foi ínfimo se comparado aos dois picos anteriores, reflexo da diminuição da taxa de ocupação.

Ao comparar a modelação idealizada pelo MAPT com a modelação que descreve a realidade das variáveis em análise em Salvador, observa-se a seguinte representação gráfica das curvas – (figura 7), sendo que durante os primeiros dez anos o planeamento se manteve no nível de intensidade mínimo (I), quando o modelo idealizado estabelecia que a importância do planeamento turístico ao início do ciclo deveria começar com a intensidade máxima (III). Pode-se considerar que os investimentos públicos com incidência direta no turismo em Salvador no período mensurado, 1990-2005, inicia-se no nível de intensidade médio (II) e passa para o nível de intensidade máximo (III) cerca de 10 anos depois. O crescimento turístico em Salvador passa para o nível III, ao redor do ano de 1995, sendo que em uma análise geral a evolução turística ainda não atingiu a maturidade.

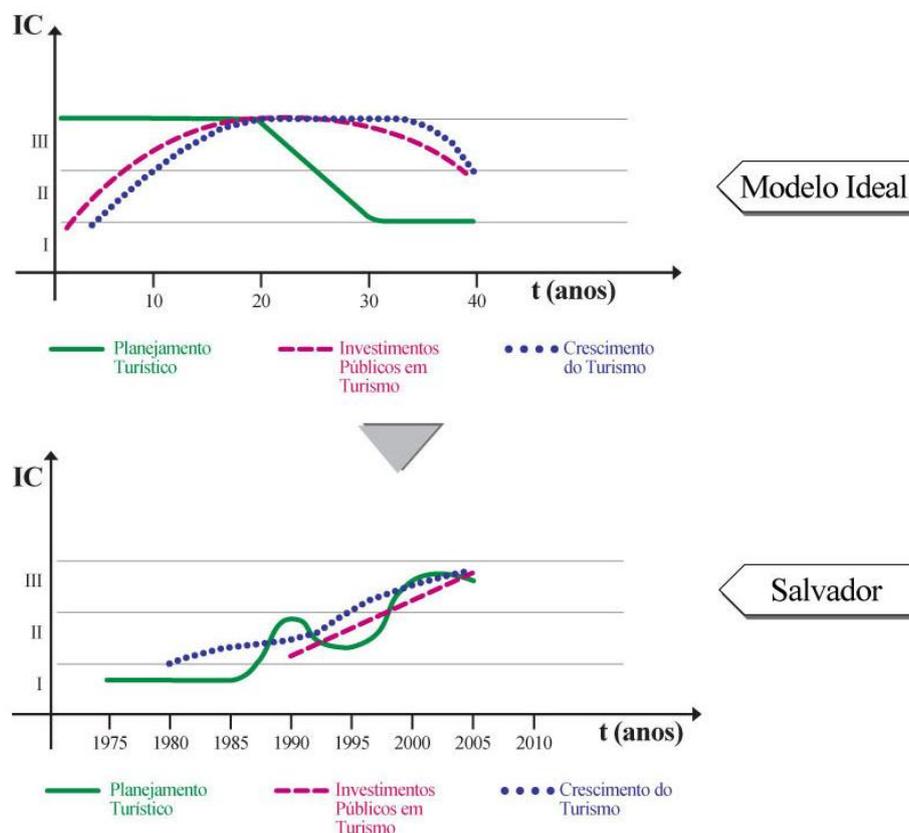


Figura 7: MAPT e modelação do turismo em Salvador (1975-2005)
 Fonte: Alvares, 2008

Em cômputo geral, os elementos em análise em Salvador não seguem o comportamento idealizado pelo modelo, visto o planeamento turístico se manter no nível de intensidade mínima durante os primeiros anos do ciclo em questão, quando o modelo estabelece que o planeamento deveria ter intensidade máxima. No entanto, no decorrer do ciclo, os gestores públicos locais destinaram importância ao planeamento. Em relação aos investimentos públicos em turismo e ao crescimento da atividade, observa-se que as fases de mudança de intensidade do ciclo no decorrer do período temporal se diferem do idealizado, mas possuem tendências ascendentes durante todo o período.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Martínez (2005), “...as tentativas de compreender e explicar a realidade nunca conseguem retratar todos os processos, mas possibilitam, progressivamente, compreensões mais completas”. Neste sentido, ressalta-se que a definição do MAPT e a modelação realizada visam, sobretudo, trazer uma parcela de contribuição aos estudos de ciclos de vida do turismo e de processos turísticos.

Ao comparar a modelação do turismo em Salvador e Ouro Preto, observa-se que o planejamento turístico em Ouro Preto passou para o nível de intensidade médio (II), tardiamente, em relação a Salvador. Considera-se que Salvador atualmente já se encontra no nível de intensidade máxima (III) do planejamento turístico, enquanto Ouro Preto está, ainda, no nível II. Destaca-se, ainda, que em Salvador é possível perceber a participação pública se iniciando alguns anos antes que em Ouro Preto, devido ao Prodetur-BA, que se fundamenta em uma política de participação pública.

Os investimentos públicos em turismo em Salvador foram, proporcionalmente, maiores que em Ouro Preto, podendo ser mensurado no nível de intensidade médio (II), no início da década de 90, enquanto Ouro Preto atinge este patamar, somente no final da mesma década. No entanto, há que se relativizar, devido ao seguinte motivo: Salvador é capital de um estado e Ouro Preto é uma cidade do interior.

O crescimento turístico, refletido pela expansão da oferta, ocorre em ambos destinos, sendo que Salvador já se encontra no nível de intensidade máxima (III) e Ouro Preto começa a passar para este nível. Considera-se que ambos possuem potencial de crescimento e que nenhum dos destinos em análise atingiu a maturidade turística.

Em síntese, ao analisar o modelo idealizado e sua relação com os destinos estudados, observa-se que a curva do *planejamento turístico*, que deveria ter grande relevância no começo do ciclo (intensidade máxima - III), estava na intensidade mínima (I) em ambos destinos, sendo que neste mesmo período, já existia o turismo de maneira espontânea. Este fato não invalida o modelo, apenas reflete a falta de atenção destinada ao planejamento nas áreas objeto de estudo no início dos períodos em análise. Mais uma vez, atenta-se para o fato que Salvador começou a destinar importância ao planejamento turístico, anteriormente, ao mesmo processo em Ouro Preto. No que tange às curvas do *crescimento do turismo* e dos *investimentos públicos em turismo* nos dois destinos, estabelece-se que ambas são representadas por curvas em “S”, de acordo com o traçado previsto pelo MAPT, no entanto, com percursos ascendentes menos acentuados que o idealizado. Enfatiza-se, mais uma vez, que o montante de capital investido em Salvador foi superior a Ouro Preto. A curva do *crescimento do turismo*, no período em análise, é ascendente em ambos estudos e reflete os investimentos e o planejamento realizados em Ouro Preto e Salvador. Por fim, enfatiza-se que o MAPT é um modelo que permite acompanhar e analisar de forma crítica o desempenho das variáveis em análise em Ouro Preto e Salvador, assim como relacioná-las.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, no campo de conhecimento do turismo, os modelos são caracterizados por uma lacuna entre a teoria e a prática. A aplicabilidade do modelo proposto evidencia a sua função prática. Neste sentido, os estudos de caso apresentados evidenciam que a

aplicação do modelo proposto pode ser realizada, apesar da dificuldade em obter séries estatísticas com informações periódicas sobre a atividade turística.

Observa-se que o MAPT possibilita à gestão pública maiores subsídios para embasar suas decisões, a partir do momento que contribui para o conhecimento em profundidade dos ciclos de planejamento turístico, dos investimentos públicos em turismo e do crescimento da atividade. Os gestores públicos, ao utilizarem o modelo proposto como instrumento de análise, (i) estarão mais aptos a agir de forma consciente, (ii) atuarão em prol de processos sustentáveis, (iii) buscarão resultados mais satisfatórios para o segmento turístico e (iv) terão maiores probabilidades de sucesso na gestão turística. O modelo proposto possibilita, ainda, a tomada de atitudes pró-ativas por parte da administração pública, contribuindo para detectar possíveis problemas relativos à oferta e à demanda turística.

Ao comparar as dinâmicas ocorridas nos estudos de caso com o modelo idealizado, é recomendável que os gestores públicos do turismo em Ouro Preto invistam em uma maior profissionalização do planejamento e da gestão turística e, em Salvador, é aconselhável que o setor público persista no caminho trilhado. No âmbito dos investimentos públicos em turismo conclui-se que estes são proporcionalmente maiores em Salvador do que em Ouro Preto, fato este que pode ser, eventualmente, explicado por uma maior visão do poder público em destinar capital para a estruturação da oferta turística, acrescido de uma estrutura institucional, no que tange a atividade turística, bem organizada em Salvador. Neste sentido, ressalta-se, mais uma vez, que Ouro Preto como uma não-capital, possui uma estrutura institucional de turismo em menor dimensão e que não é impactada diretamente como Salvador, pelos órgãos estaduais de turismo. Em relação ao crescimento do turismo, durante o período em análise, observa-se que o mesmo ocorreu em ambos destinos. Ressalta-se, no entanto, que é recomendável que os gestores de Salvador prestem atenção às tendências identificadas de retração da demanda turística, conforme diagnosticado pela diminuição da taxa de ocupação turística no ano de 2004, em relação ao ano de 2000. Ao analisar a evolução do número de turistas em Ouro Preto e Salvador, os gestores públicos devem considerar a capacidade de compra inerente aos turistas destes destinos. Neste âmbito, atenta-se para o fato que em Salvador já foi diagnosticado que a receita turística não acompanhou o aumento de turistas, e em Ouro Preto, a partir de análise empírica, pode-se identificar o mesmo cenário, acrescido da pressão do aumento do número de excursionistas. Ressalta-se, desta forma, que os gestores públicos dos dois destinos devem considerar esta temática de maneira mais atenta.

Após a modelação realizada nos destinos supracitados, é possível concluir que o modelo proposto, através da sua concepção teórica e de sua representação visual, facilmente reprodutível a partir de dados empíricos, permite um monitoramento, ainda que incipiente, dos processos de desenvolvimento turístico. Neste âmbito, destaca-se que o uso do MAPT nos destinos turísticos possibilita (i) a introdução de reajustes sob as direções indevidamente tomadas pela gestão pública, (ii) a identificação de pontos/processos críticos, (iii) a valorização do planejamento da atividade turística e (iv) a clarificação sobre os fatores determinantes de mudanças de fases em um ciclo de vida.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer o apoio do *Programa ALBAN da União Européia* concedido a Daniela Alvares no âmbito da bolsa de estudo nº E04D046026.

REFERÊNCIAS

Alvares, D. (2008) **Avaliação de Planos-Processo em Áreas de Desenvolvimento Turístico**. Tese de doutorado, Universidade do Minho, Portugal.

Arquivo Público de Ouro Preto (2006). **Leis Orçamentárias Anuais, 1975 a 2005**. Ouro Preto, Minas Gerais.

Butler, R. (1980) The concept of a tourism area of life cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, 19(1), 5-12.

Butler, R. (2006) **The tourism area life cycle: Applications and modifications**. Vol. 1, Aspects of tourism: 28. England: Channel View Publications.

Ceditur (2004) **Inventário da oferta turística do município de Ouro Preto**. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Coles, T. (2006) Enigmas variations? The TALC, marketing models and the descendants of the product life cycle (pp. 49-66). *In*: BUTLER, R. **The tourism area life cycle: conceptual and theoretical issues**. Vol. 2, Aspects of tourism: 28. England: Channel View Publications.

Getz, D. (1986) Models in tourism planning: towards integration of theory and practice. **Tourism Management**, 7(1), 21-32.

Hall, C. (2006) Introduction. *In*: BUTLER, R. **The tourism area life cycle: Applications and modifications**. Vol. 1, Aspects of tourism: 28. Channel View Publications, England.

IBGE (2007) **Censo populacional**. Acesso em 15 de agosto de 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

IER e FIEMG (2003) **Perfil do potencial turístico da área de influência da Estrada Real**. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Lei Complementar n.º 01 (1996) **Institui o Plano Diretor do município de Ouro Preto**. Ouro Preto, Minas Gerais.

Lourenço, J. (2003) **Expansão urbana. Gestão de planos-processo**. Textos universitários de ciências sociais e humanas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia (MCES).

Martínez, A. (2005) Aproximação à conceituação do turismo a partir da teoria geral de sistemas (pp. 109-147). *In*: TRIGO, L. (Ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca.

Sebrae (2005) **Ouro Preto: diagnóstico municipal**. Sistema de informações mercadológicas municipais. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Secretaria das Finanças de Salvador (2006) **Leis Orçamentárias Anuais, 1991 a 2005**. Salvador, Bahia.

SMPDU (2008) **Perímetro urbano da sede de Ouro Preto estabelecido no Plano Diretor**. Banco de dados – interno. Ouro Preto, Minas Gerais.